

- Pág. 3** Frente Parlamentar dos Precatórios é instalada na Câmara
- Pág. 4** Edição 2014 do Seminário da Assecor acontece no dia 7 de agosto
- Pág. 4** Artigo: Servidores indóceis com o governo Dilma
(Por Antônio Augusto de Queiroz)



Atualização do andamento do processo em execução relativo à GCC

A Assecor, junto ao Escritório de Advocacia Torreão Braz, tem atuado para que seus filiados recebessem seus os precatórios referentes ao processo da GCC ainda em 2015. A União reconheceu ser devedora apenas de parte do valor requerido – denominada parte incontroversa. No início do mês de julho, foi autorizada expedição destes valores que serão incluídos no orçamento do próximo ano.

A data-base dos valores é maio de 2009, mas, no momento do depósito, será feita a atualização. Estes valores são isentos de contribuição previdenciária e deles já foram descontados os honorários advocatícios.

Junto ao Assecor Notícias, estamos enviando uma nota completa sobre o processo. Para mais informações, entre em nosso site www.assecor.org.br. Para consultar os valores basta entrar em contato nos telefones 32743132 ou 33400195 ou por e-mail comunicacao@assecor.org.br.

Caros,

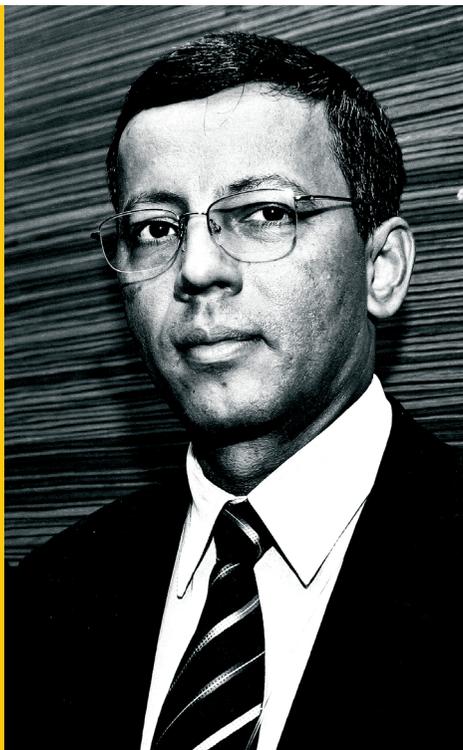
Nos últimos três anos e meio tive a oportunidade de estar à frente da Assecor. Foi um período desafiador, onde busquei, junto com os colegas da Diretoria Executiva, cumprir o programa de trabalho com o qual nos comprometemos. Ainda neste ano apresentaremos um balanço completo dos acontecimentos deste período.

No próximo mês será iniciado o processo eleitoral da Assecor. Eu não poderei continuar à frente da Associação, por motivos estatutários e também porque acredito que é importante a renovação e a alternância. Este é o tempo. A participação de todos é importante. Afinal, elegeremos nossos representantes para os próximos anos. Um grupo, composto por membros da atual Diretoria, já está montando uma chapa. Procure a Assecor e se apresente para participar! Penso que seria um sinal de dinamismo da carreira se mais de uma chapa se formasse, em um clima de disputa em torno de ideias e propostas, mas com respeito mútuo.

A Assecor é a "cara" dos APO's e TPO's não só nas negociações com o Governo, mas também frente das demais carreiras e servidores, assim como no Congresso Nacional e na articulação com forças sociais, nos mais diversos fóruns nos quais atuamos.

Adianto que teremos algumas inovações no processo eleitoral: a votação será pela internet, por meio de um sistema confiável e transparente, exceto para os aposentados, que poderão optar por votar pela via postal.

Não se aliene. Faça parte você também do esforço coletivo de valorização da Carreira de Planejamento e Orçamento.



Eduardo Rodrigues
Presidente ASSECOR

Expediente

Presidente: **Eduardo Rodrigues**

Vice-presidente: **Antonio Manoel Rodrigues Magalhães**

Jornalista responsável: **Natália Pereira (MTB 65414/DF)**

Projeto gráfico: **Curupira Desing**

Gerência administrativa: **Valdinéia Brito**

Atendimento: **Jason Oliveira, Iracema Guedes**

Apoio administrativo: **Jadson Valentim**

Uma publicação da
ASSECOR - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento

SEPN Qd.509 Ed. Isis 1.º Andar Sala 114
Asa Norte - Brasília/DF - CEP. 70750-504
Fone/Fax: (61) 3340-0195 / 3274-3132



www.assecor.org.br



facebook.com/assecor



twitter.com/assecor



Frente Parlamentar dos Precatórios é instalada na Câmara

A Frente Parlamentar dos Precatórios foi instalada no dia 10 de junho, na Câmara dos Deputados, com a presença de representantes do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro-DF), Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF (Sindsep-DF) e aposentados.

A Frente será presidida pela deputada Erika Kokay (PT-DF), com o objetivo de defender a tramitação urgente da PEC 176/12, que retira idosos e portadores de doença grave ou incapacitante da ordem de precatórios. A proposta estabelece que os créditos de qualquer natureza, inclusive alimentícia, de idoso ou de

portadores de doença grave ou incapacitante, independem de precatórios. Os pagamentos deverão ser feitos imediatamente após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Os precatórios são dívidas do setor público que, reconhecidas até o final do primeiro semestre, devem ser incluídas no orçamento do ano seguinte. Hoje, os idosos e pessoas com doenças graves já têm prioridade, mas apenas quando os créditos são de natureza alimentícia. A regra geral é pagar pela ordem cronológica. Caso a PEC seja aprovada, essa prioridade será dada a esse público em caso de débito de qualquer natureza. A PEC já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e, em 13 de maio, foi instalada a Comissão Especial destinada a avaliar a PEC. Se o parecer for favorável, a proposta será discutida e votada em dois turnos no Plenário da Câmara.

Assecor firma convênio com a Disbrave

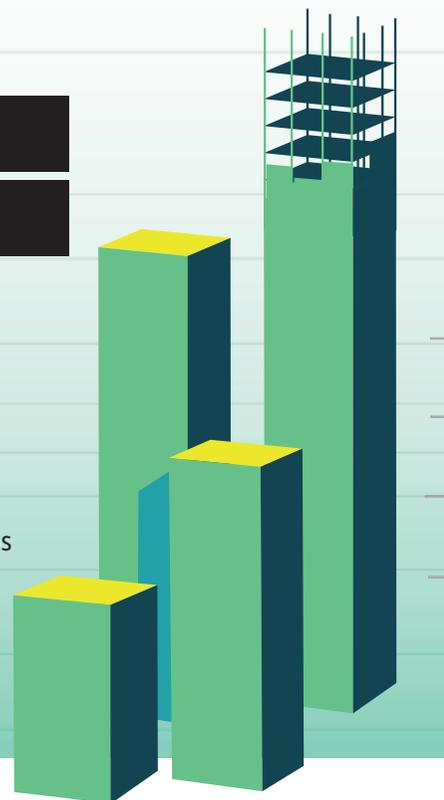
A Assecor firmou convênio com a Disbrave (SEPN 503 bloco A) para mão-de-obra nos serviços de mecânica, elétrica, tapeçaria, funilaria e pintura (20%), alinhamento e balanceamento (R\$ 70,00 cada) e peças vw com descontos de 20%. Além disso, a compra de veículos novos e semi-novos terão desconto de 8%.

A identificação dos associados e dependentes será feita mediante apresentação de documento de comprovação de sua condição de beneficiário.

Edição 2014 do Seminário da Assecor acontece no dia 7 de agosto

No próximo mês será realizado o Seminário da Assecor, que proporcionará um momento privilegiado de debates sobre planejamento, orçamento e políticas públicas de iniciativa do Governo Federal. Durante o evento, os participantes discutirão com representantes de partidos que estão no centro da disputa eleitoral questões cruciais para o desenvolvimento nacional.

O Seminário será realizado no dia 7 de agosto (quinta-feira) na Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC (AV W5 - SGAS, 902, Bloco C). Para fazer sua inscrição acesse o site <http://assecor.org.br/seminario2014>



Artigo

Servidores indóceis com o governo Dilma

****Por Antônio Augusto de Queiroz**

Os servidores públicos e suas entidades de classe estão indóceis com o governo da Presidente Dilma e não é para menos: existe uma má vontade enorme para atender os pleitos do funcionalismo da União. Exemplos não faltam.

Na relação do governo com os servidores, os poucos pontos que poderiam ser classificados como positivos, casos da correção da tabela do imposto de renda e dos reajustes salariais nos anos de 2013 a 2015, assim como a instituição do adicional de fronteira, não satisfizeram plenamente os servidores.

Nos dois primeiros casos – tabela do imposto de renda e reajuste – porque foram concedidos abaixo da inflação e, ainda assim, após greves e pressão do ex-presidente Lula. E no terceiro caso porque, apesar de a lei que instituiu o benefício ter sido sancionada em 2 de setembro de 2013, até junho de 2014 não havia saído o decreto de sua regulamentação, num verdadeiro desrespeito para com os servidores beneficiados pelo adicional de fronteiras.

Já os pontos negativos para os servidores são muitos e intensos, a começar pela adoção da previdência complementar, o maior golpe contra o funcionalismo federal, porque, além de pôr fim à paridade e a integralidade, quebrou a solidariedade entre os servidores com esses direitos e os novos servidores, entendido como tais, aqueles que foram admitidos a partir de 4 de fevereiro de 2013 ou vierem a ingressar no serviço público da União a partir de agora.

O descaso com os servidores federais em geral é grande, mas com os do Poder Executivo é maior ainda. Estes, além de terem uma média salarial menor e benefícios que correspondem à metade dos concedidos aos servidores de outros poderes e órgãos (exemplos do Legislativo, Judiciários e Ministério Público da União), como são os casos do auxílio-alimentação, auxílio-creche e diárias,

esses benefícios ainda estão sem atualização em 2014 no Poder Executivo, diferentemente dos pagos pelos outros poderes e órgãos.

A recusa em negociar ou deixar pautar no Congresso a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 555/2006, que extingue de forma gradual a contribuição dos inativos, é outro ponto que desagrada profundamente aos servidores ativos e principalmente aos aposentados e pensionistas da União.

Não bastasse tudo isso, a Presidente Dilma acaba de vetar o dispositivo da MP 632, que trata da licença classista (sindicatos e associações) com ônus para a União, um benefício assegurado por lei às entidades de classe na maioria esmagadora dos estados brasileiros.

O sentimento entre os servidores, frente às concessões fiscais, monetárias e creditícias que o governo tem feito ao setor empresarial, é de revolta, porque o Ministério do Planejamento se recusa a atender seus pleitos, mesmo aqueles sem impacto financeiro.

Se o governo não mudar essa postura, além de perder os votos e apoio desse segmento na eleição de 2014, a presidente, na hipótese de reeleição, terá grande oposição dos servidores nos próximos quatro anos.

Alguém precisa alertar a presidente Dilma sobre a insatisfação do funcionalismo, porque se depender da equipe econômica (Fazenda, Planejamento e Banco Central) nada será concedido aos servidores, nem mesmo os direitos já assegurados em lei, mas pendentes de implementação, casos da correção dos benefícios e da regulamentação do adicional de fronteira.

(*) Jornalista, analista político e Diretor de Documentação do Diap.